



Revista grifos

E-ISSN: 2175-0157

grifos@unochaapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de

Chapecó

Brasil

de Medeiros, Bruna Taize; Freitas Santos, Viviane
O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
CHAPECÓ-SC

Revista grifos, vol. 25, núm. 40, 2016, pp. 99-117

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Chapecó, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967129005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Bruna Taize de Medeiros*

Viviane Freitas Santos**

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi de caracterizar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Chapecó/SC. A pesquisa é uma réplica do trabalho realizado para o município de São Felipe, na Bahia, intitulado como “Bolsa Família: uma análise a partir da concepção dos beneficiários de São Felipe-BA”. Questiona-se se o programa tem a capacidade de oferecer um alívio imediato da pobreza, em curto prazo, e se permite a emancipação das famílias beneficiárias, em longo prazo. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Os resultados apontam que o referido programa, em curto prazo, promove uma redução imediata da pobreza; porém, em longo prazo não fornece meios para que as pessoas beneficiárias saiam da situação de vulnerabilidade social na qual se encontram. A pesquisa limitou-se ao município de Chapecó, situado na Região Sul do Brasil, Micro Região Oeste de Santa Catarina, Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, em virtude de esta ser considerada cidade polo do oeste catarinense e por ter um número considerável de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Pobreza. Política Social. Programa Bolsa Família.

* Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), e mestrandra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

** Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UFBA) e mestra em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Introdução

³ O nível de concentração de renda é medido por meio do Índice de Gini, ou coeficiente de Gini que foi apurado, pela primeira vez, no Brasil, com base no censo agrícola de 1940 do IBGE. Ele mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar de 0, quando não há desigualdade, até 1, quando a desigualdade é máxima. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, o Brasil apresenta um dos maiores índices de Gini do mundo (0,591) (IPEA, 2014).

⁴ O Programa Fome Zero articula uma estratégia nacional de segurança alimentar e de combate à fome, e está estruturado em quatro eixos: acesso à alimentação, geração de trabalho e renda, fortalecimento da agricultura familiar, a mobilização e controle social. O Bolsa Família é o seu programa de maior expressão, e integra o eixo acesso à alimentação por meio de política de transferência condicionada à renda (SANTOS, 2007, p. 42).

O Brasil, nos últimos anos, vem passando por um processo de queda dos níveis de concentração de renda³ e de pobreza. No entanto, apesar desses progressos, a concentração de renda brasileira ainda é extremamente alta e deixa o Brasil entre os países que têm os mais elevados índices de desigualdade do mundo. Os resultados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, apontaram que a desigualdade de renda no Brasil é bem acentuada, apesar da tendência a diminuir, conforme já se observa nos últimos anos.

A pobreza, no Brasil, é um problema histórico e estrutural, visualizada a partir dos dados de concentração de renda, por exemplo. Santos e Nascimento (2008, p. 43), afirmam que “[...] tudo que é produzido internamente se iguala a países com economias mais desenvolvidas, mas não é apropriado por uma parcela significativa da população. O que faz o Brasil não ser considerado um país pobre, mas sim com muitos pobres, e extremamente desigual”.

Combater a pobreza é enfrentar um passado de injustiça social, que exclui grande parte da população do acesso a serviços sociais básicos de cidadania e dignidade. Os programas de transferência condicionada à renda, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Vale Gás, desencadeados na década de 1990 e durante o início dos anos 2000, tinham como objetivo a redução nos índices de pobreza no Brasil. Posteriormente, em 2003, tais programas foram unificados no Programa Bolsa Família (PBF), melhorando a amplitude da cobertura e sua eficiência. E essas características somadas permitiram fazer do PBF o maior programa de transferência de renda já realizado no Brasil e na América Latina, considerado como a maior estratégia de combate à fome do Programa Fome Zero⁴ (SILVA, 2010).

A presente pesquisa apresenta um estudo acerca do Programa Bolsa Família, devido à sua amplitude, pois trata de um programa nacional de transferência de renda com o

objetivo principal de combater a pobreza, além de melhorar a redistribuição de renda.

Apresenta parte dos resultados da dissertação de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia realizada na cidade de São Felipe-BA, intitulada “Bolsa Família: uma análise a partir da concepção dos beneficiários de São Felipe-BA” (ESPÍNOLA, 2013). Este artigo tem como objetivo principal adaptar os estudos de Espínola a fim de que se possa verificar quais são as características dos beneficiários do Programa Bolsa Família em outro local, no caso a cidade de Chapecó/SC, de modo a observar a sua efetividade do PBF, o cumprimento dos objetivos propostos em curto prazo, de alívio imediato da pobreza, e, em longo prazo, não permitindo que o programa se regenere.

O recorte geográfico desse estudo é o município de Chapecó, situado na Região Sul do Brasil, Micro Região Oeste de Santa Catarina, Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (CHAPECÓ, 2014). Conhecida como a “Capital do Oeste Catarinense”, detém influência política e econômica, em mais de 200 municípios vizinhos. Tem uma população estimada em mais de 180.000 habitantes (IBGE, 2010), esta que é composta por várias etnias, dentre as quais prevalecem a indígena/cabocla, a italiana e a alemã.

Chapecó influencia fortemente a região oeste. A formação e o crescimento do município estão intimamente ligadas à instalação das agroindústrias. Na região oeste, encontra-se o mais importante centro agroindustrial e o maior produtor e exportador de carnes e derivados do país. Optou-se por Chapecó por se ter um número considerável de famílias beneficiárias. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), existiam, em setembro de 2013, 4.014 famílias beneficiárias do PBF em Chapecó, o que representa 98,4% das famílias pobres do município (BRASIL, 2014). Este trabalho restringe-se a analisar a pobreza monetária, ou seja, um indivíduo é classificado como pobre ou miserável se o seu nível de renda

estiver abaixo da linha de pobreza – definida como renda mensal por pessoa inferior a R\$ 77,00 (setenta e sete reais).

Metodologia

Foi utilizada a estratégia da pesquisa quantitativa. Os dados apresentados neste trabalho foram coletados por meio de entrevistas estruturadas e anônimas. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) existiam, em setembro de 2013, 4.014 famílias beneficiárias do PBF em Chapecó, o que representa 98,4 % das famílias pobres do município. Calculando estatisticamente o número da amostra, considerando um erro amostral de 8% e um nível de confiança de 95%, foram entrevistados 145 beneficiários do PBF. Os questionários foram aplicados no período de 22 de fevereiro a 11 de maio do ano de 2014. A análise dos dados ocorreu por meio de estatística descritiva.

Foram coletados alguns dados disponibilizados pela plataforma da Secretaria de Avaliação e Gestão da informação (SAGI) (Relatório de Informações Sociais), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014), a qual disponibiliza dados, boletins sobre as ações do Programa Bolsa Família em todo o país, informações sobre o panorama social, econômico e demográfico dos Estados e municípios, e, também, sobre o processo de monitoramento e os indicadores do programa, indicadores sociais e dados referentes à vulnerabilidade social, em esfera municipal, estadual e federal.

O perfil socioeconômico das famílias assistidas pelo Bolsa Família em Chapecó/SC

Dos 145 entrevistados na presente pesquisa, (11,27%) declararam não serem os titulares do benefício referente ao programa Bolsa Família, mas se incluíam no grupo familiar beneficiário. E 88,28% dos questionários foram respondidos pelo próprio beneficiário.

Do total de questionários, 7,59% foram respondidos por indivíduos do gênero masculino, e o restante, totalizando 92,41%, foi respondido por beneficiários do sexo feminino, o que nos leva a concluir que o PBF na região estudada é gerido quase que na sua totalidade pelas mulheres. (MOREIRA et al. 2013; REGO; PINZANI, 2013; SANTOS, 2010). Na visão de Rego e Pinzani (2013), a transferência de renda é dada a mulher em razão de sua maior autonomia na aquisição de bens para sua família, por melhor administrarem o dinheiro da casa e terem maior consciência das necessidades domésticas. Embora contribua para manter a responsabilidade de reprodução social da família com as mulheres, a transferência de renda, ainda que pouca, atua como uma porta de saída para a dominação do gênero masculino sobre o feminino.

O PBF possui reflexos na autonomia, autoestima e empoderamento individual das mulheres assistidas, já que, após a ajuda monetária do BPF, evidenciou-se o aumento à procura por assistência jurídica junto aos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o aumento das separações, o que pode sugerir o rompimento das relações patriarcais e da dominação masculina (MOREIRA et al., 2012).

As discussões acerca da característica da pobreza brasileira apontam para as mulheres negras como as integrantes com maior participação nessa faixa de renda, como já apontado nos estudos de Santos (2010) e Melo (2005). Portanto, o estudo aplicado para Chapecó não contradiz a literatura, visto que na amostra coletada, as mulheres se declararam negras (37,93%), pardas (33,79%), indígenas (2,76%), brancas (25,52%). E, quando somados, pretos e pardos representam 71,72%. Aqui a identidade entre classe e raça fica evidente. A herança escravocrata, a falta de acesso aos direitos sociais e a contínua marginalização dessa parcela da população contribuem para a permanência desta nos níveis mais baixos de renda. A população negra é a se encontrar mais vulnerável, ou seja, está entre os grupos raciais que menos possui acesso aos bens, serviços e recursos, contribuindo para a reprodução do ciclo da pobreza.

O não acesso a políticas públicas contribui para a marginalização permanente das mulheres negras,

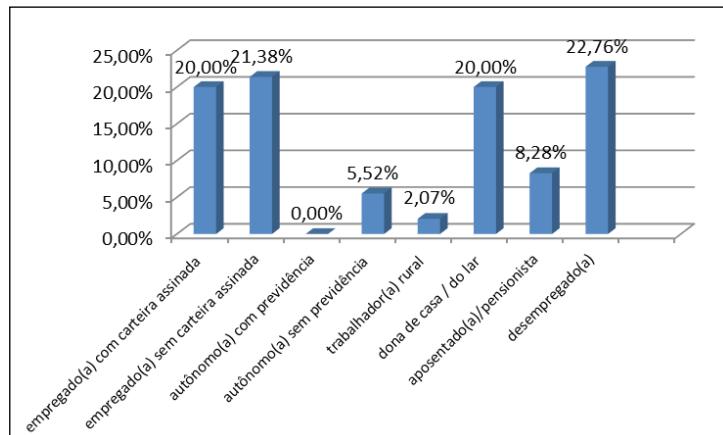
⁵ Myrdal (1965, p.32), conceitua o círculo vicioso da pobreza como uma constelação circular de forças, que agem e reagem interdependentes e mantêm o país no estado de pobreza. Um homem pobre talvez não tenha renda o suficiente para comer; como consequência, será subnutrido, com pouca saúde, não terá muita capacidade de trabalhar pela fraqueza, o que significa dizer que será pobre.

identificadas como predominantes entre os beneficiários do PBF, o que permite construir o que Myrdal (1965) chama de círculo vicioso da pobreza⁵. É natural, então, pensar que as pessoas que recebem o benefício detêm níveis mais baixos de escolaridade e que, consequentemente, ocupam os postos de trabalho mais degradantes e envolvendo vulnerabilidades. Rocha (2003) divaga que, para haver redução da pobreza e da desigualdade de renda, o Brasil precisa passar necessariamente por mudanças estruturais no sistema educacional, permitindo o acesso à escola e às universidades, em todos os níveis de educação, para os mais pobres.

Soma-se ao perfil dos entrevistados que as mulheres negras, em sua expressiva maioria, não têm o ensino fundamental completo, pois totalizam 63,45%. Isso se deve em grande parte pela dificuldade que se teve, por não terem acesso à escola na infância, por precisarem trabalhar juntamente com seus familiares, principalmente na agricultura.

Como não poderia ser diferente, a ocupação no mercado de trabalho reflete os baixos níveis de escolaridade. Observa-se que 21,38% dos entrevistados estão trabalhando sem carteira assinada e que 22,76% encontram-se desempregados. Os dados estão dispostos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Situação no mercado de trabalho das beneficiárias do PBF, Chapecó, 2014



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

As ocupações sugerem aquelas com maior vulnerabilidade social: trabalhos domésticos e de serviços gerais. Pontuar a existência do trabalho, formal ou não, é fundamental para desconstruir os mitos que cercam o PBF, um deles é de que os programas de transferência de renda geram um “efeito preguiça”. Oliveira e Soares (2012, p. 30) apontam que “[...] pode-se afirmar, com muito embasamento, que não existe constatação empírica que sustente a hipótese de que haveria um efeito renda maior do que um efeito substituição” (fenômeno que recebeu a alcunha de “efeito preguiça”), no caso destes programas (90,34%) dos entrevistados destacaram que não houve desistência do trabalho após a inclusão no programa.

Para aqueles que afirmaram estar desempregados, 24,24% alegaram a baixa escolaridade e 21,21%, falta de oportunidades como motivo. É importante destacarmos os elementos que contribuem para a manutenção à margem dos direitos sociais, por essa parcela da população. A emancipação do PBF somente acontecerá quando o indivíduo conseguir ultrapassar a linha da pobreza mantendo renda compatível para isso. Sugere-se, portanto, a existência de uma falha nesse programa, pois não há ações predeterminadas/condicionalidades para uma qualificação da mão de obra do chefe de família.

A construção do perfil de beneficiários do PBF em Chapecó permite afirmar que são mulheres, negras, semianalfabetas e ocupantes de postos de trabalho que exigem pouca, ou nenhuma, qualificação. É possível, portanto, sugerirmos que os rendimentos dessas famílias (inclusive o benefício mensal) não ultrapassarão o teto de um salário mínimo. Logo, cerca de 29% sobrevivem com meio salário mínimo e a maior parte das famílias tem faixa de renda entre R\$ 362,01 e R\$ 724,00, o que representou 44,83% da amostra.

Salientamos que 3,45% dos entrevistados afirmaram não ter renda mensal fora do PBF. É notório, portanto, que na maioria dos domicílios esse programa atua como renda complementar, em vez de oferecer transferências na forma de bens e serviços, visto que os salários obtidos não são suficientes

para garantir a sobrevivência e a segurança alimentar de seus membros. Os dados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Renda mensal das famílias beneficiárias do PBF, Chapecó, 2014

Renda mensal sem o benefício	Frequência	%
até R\$ 362,00	43	29,6
entre R\$ 362,01 e R\$ 724,00	65	44,83
entre R\$ 724,01 e R\$ 1.086,00	30	20,69
acima de R\$ 1.086,00	2	1,38
não possui	5	3,45

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

Segundo o MDS (2014), o valor médio repassado às famílias do município de Chapecó é de R\$ 127,99. Entre as residências entrevistadas, grande parte (60,69%) afirmou que recebe um valor na faixa entre R\$ 32,00 a R\$ 160,00, seguida pela faixa entre R\$ 160,01 e R\$ 192,00 (24,83%). A faixa entre R\$ 192,01 e R\$ 224,00 teve uma representação de (8,97%). Por fim, a faixa acima de R\$ 224,01 até R\$ 256,00, somada à faixa de acima de R\$ 256,01, representou apenas 5,52% da amostra estudada. Os dados estão ilustrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Valor do benefício recebido do PBF, Chapecó, 2014

Renda mensal sem o benefício	Frequência	%
até R\$ 362,00	43	29,6
entre R\$ 362,01 e R\$ 724,00	65	44,83
entre R\$ 724,01 e R\$ 1.086,00	30	20,69
acima de R\$ 1.086,00	2	1,38
não possui	5	3,45

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

O alívio imediato da pobreza é o primeiro objetivo do PBF, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014). Percebemos, novamente, que o PBF atua como um complemento de renda para as famílias pobres e promove o alívio imediato de pobreza por

meio da transferência direta de renda. Desse modo, aqui reforçamos que o Programa atende aos objetivos propostos em curto prazo, permitindo às famílias assistidas o acesso ao consumo e o combate à fome.

Verificamos, ainda, por quanto tempo as famílias vêm recebendo o PBF. Entre as entrevistadas, a grande maioria das famílias recebe o benefício há mais de quatro anos (43,45%); então, evidenciou-se que o PBF atua somente para aliviar a pobreza e não para superá-la. Além do caráter de insuficiência de renda a pobreza, existem outros aspectos históricos, econômicos e sociais. Os dados sobre o período em recebem o PBF podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 – Tempo de recebimento do benefício do PBF, Chapecó, 2014

Tempo do recebimento do PBF	Frequência	%
entre 1 e 6 meses	9	6,21
entre 6 meses e 1 ano	12	8,28
entre 1 e 2 anos	20	13,79
entre 2 e 3 anos	25	17,24
entre 3 e 4 anos	16	11,03
acima de 4 anos	63	43,45

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

Silva (2007) afirma que, para superar a pobreza, os programas de transferência de renda não devem somente distribuir renda, mas sim, redistribuir renda, a fim de diminuir os níveis de concentração de renda existentes no Brasil, a autora complementa, ainda, que é necessário mais investimento nos setores educacional, de saúde e de trabalho, para com isso melhorar o acesso à educação, a saúde e a permanência no trabalho.

Além de verificar quanto as beneficiárias recebem do PBF, consideramos pertinente perguntar em que gastam o valor que recebem. Das entrevistadas, 81,38% declaram que gastam o benefício em alimentação; 65,52%, com vestuário;

42,76, com educação, 16,55%, em medicamentos, bens de consumo, lazer; e construção/reparos na habitação somados tiveram a representação de 6,21% da amostra estudada. Nenhuma das beneficiárias disse que utiliza o valor do benefício para a compra de insumos e ou de sementes. Os dados podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4 – Gasto com o benefício PBF, Chapecó, 2014

Gastos com o PBF	Frequência	%
alimentação	118	81,38
medicamentos	24	16,55
vestuário (roupas, calçados etc.)	95	65,52
educação	62	42,76
bens de consumo (eletrodomésticos, móveis, utensílios)	2	1,37
lazer	2	1,38
construção/reparos na habitação	1	0,69
sementes/insumos	0	0,00
outros	4	2,76

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

Estar alimentado, sem dúvida, é necessário para nossas atividades vitais. Segundo a pesquisa, parte significativa das beneficiárias declararam que utilizam o benefício para a compra de alimentos. Verificamos que o valor do benefício Bolsa Família é direcionado para o atendimento de materiais de primeiras necessidades, pois estar alimentado é necessário para sobreviver.

Além disso, grande parte das beneficiárias assumiram que o valor recebido é destinado exclusivamente às crianças, sendo prioritariamente destinado para a alimentação destas e ao seu vestuário, conforme indicam os estudos de Soares, Ribas e Osório (2010). Os referidos autores destacam que, na percepção das famílias, o valor da transferência monetária é destinado às despesas com os filhos.

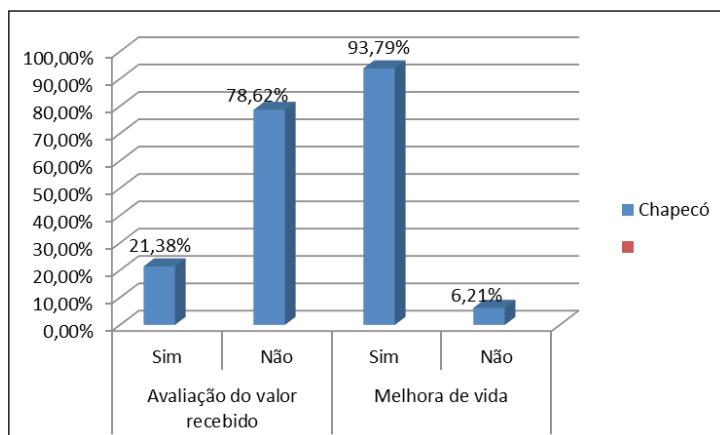
Os resultados até aqui apresentados nos permitem constatar que o PBF, para as beneficiárias de Chapecó, atua

como uma forma de complemento de renda, cumprindo com o seu papel de alívio da situação de pobreza em curto prazo; no entanto, em longo prazo não cria condições para que as famílias conquistem a autonomia necessária para saírem da faixa de pobreza na qual estão inseridas.

Avaliação do Programa Bolsa Família a partir da concepção dos beneficiários

Como um dos objetivos da pesquisa é fazer uma avaliação do Programa Bolsa Família a partir da concepção dos próprios beneficiários, indagamos se o valor recebido é suficiente para atender a suas necessidades básicas e dos demais membros da família. Também questionamos se, após receberem o benefício, a vida melhorou. As respostas a esse questionamento estão ilustradas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Avaliação do valor recebido do PBF e a melhoria na vida dos beneficiários do PBF, Chapecó, 2014



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

Das entrevistadas, grande parte (78,62%) ressaltou que o valor não é suficiente para o atendimento das necessidades básicas; contudo, 93,79% do entrevistados ressaltaram que o PBF proporcionou uma melhoria significativa de vida. Entre as respostas, obtidas por meio de realizadas entre fevereiro e março de 2014, era comum escutar: “é pouco, mas ajuda muito”

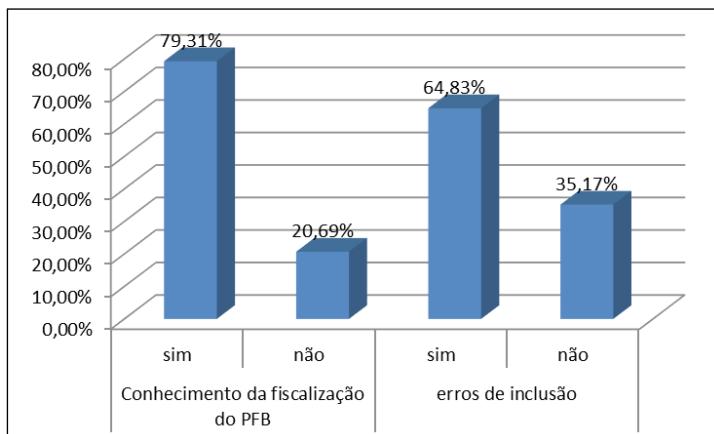
(informação verbal). Percebemos que o benefício proporcionou mudanças positivas, e com grande importância no cotidiano das famílias assistidas, pois atendeu a situação de necessidades essenciais, como a aquisição de alimentos e roupas.

Questionamos, ainda, se os beneficiários conheciam o funcionamento e as regras do PBF. 91,03% deles assumiram que tinham conhecimento das condicionalidades. Investigamos, também, se os beneficiários cumprem as condicionalidades propostas pelo PBF, dos quais 93,79% responderam que sempre cumprem, e 6,21% responderam que cumprem às vezes. Nenhum dos entrevistados assumiu que nunca ou raramente cumpre. Esse dado se justifica pela grande preocupação que as famílias têm de perder ou mesmo de ter seu benefício bloqueado. Apesar de um grande número afirmar que cumpre sempre as condicionalidades, 33,79% assumiram que já tiveram seu benefício bloqueado por descumprimento de alguma regra do Programa.

Buscar a qualificação profissional é uma das formas de melhorar a renda e, consequentemente, sair da linha de pobreza; por isso, perguntamos aos beneficiários se a gestão do Programa localmente oferta programas complementares (geração de emprego e renda, alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes etc.), e 50 famílias – o que corresponde a 34,48% da amostra – afirmaram que a gestão local oferece esses cursos. Todavia, quando indagadas se já participaram, 42 famílias (84%) assumiram que sim.

Indagamos se as famílias tinham conhecimento de que o programa faz fiscalização e se conhecem ou sabem de alguma família que recebe o benefício sem se encaixar com as regras do PBF, o gráfico a seguir ilustra os resultados. Entre as entrevistadas, 79,31% declararam que têm conhecimento sobre a fiscalização do Programa e 64,83% assumiram que sabem ou conhecem alguma família que recebe o benefício sem se enquadrar nas regras do PBF. O cadastramento das famílias, para receber o benefício, em Chapecó, é feito pela Secretaria de Assistência Social (SEASC). Os dados podem ser observados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Percepção das beneficiárias do PBF sobre a fiscalização do Programa e se têm conhecimento de que há erros de inclusão, Chapecó, 2014



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

A qualidade no atendimento da gestão municipal também foi apurada assim como se Secretaria de Assistência Social fornece informações claras e precisas. A evidência do atendimento é satisfatório. E avaliamos, também, que, quando as famílias precisam de alguma ajuda, 89,66% informaram que a gestão municipal fornece informações claras e precisas. Os dados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 5 – Avaliação da qualidade no atendimento das famílias beneficiárias pela gestão local, Chapecó, 2014

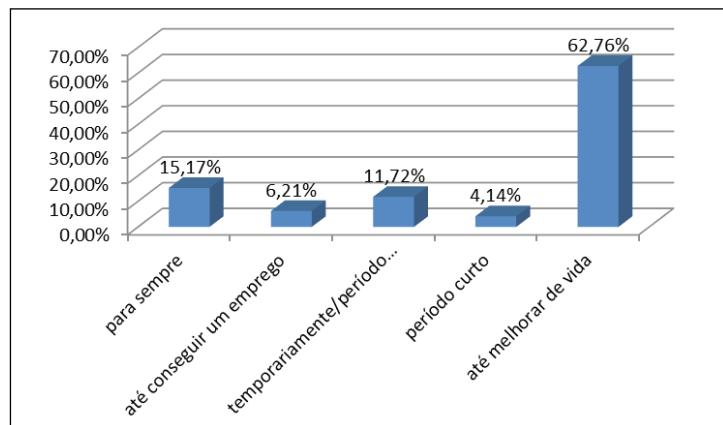
Qualidade no atendimento	Frequência	%
ruim	4	2,76
regular	23	15,86
bom	108	74,48
ótimo	10	6,90

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

Conversamos, ainda, com os beneficiários sobre por quanto tempo eles acham que devem receber esse benefício, visto que a estratégia do programa é dar autonomia para as famílias, emancipá-las e, até mesmo, retirá-las da linha de pobreza. Conforme ilustra o Gráfico 4, a grande maioria

(62,76%) dos beneficiários acredita que deve receber o valor até melhorar de vida; 15,17% deles acreditam que têm de receber para sempre; 15,86% declaram que acham que devem receber por um período curto ou temporariamente, e 6,21% somente até conseguirem um emprego. Os dados estão ilustrados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Percepção das beneficiárias de quanto tempo acham que devem continuar receber o benefício, Chapecó, 2014

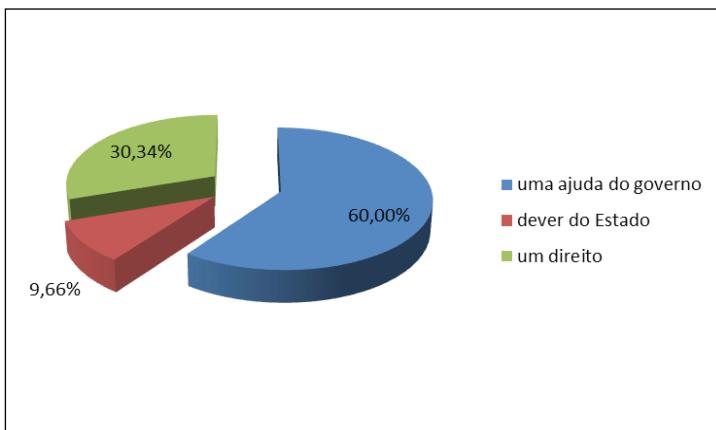


Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

Ao perguntamos aos beneficiários se já sofreram algum tipo de discriminação a respeito da transferência direta de renda por meio dos programas sociais, como é o caso do PBF, 34,48% das pessoas declararam que já sofreram algum tipo de preconceito pela sociedade e/ou terem sido consideradas preguiçosas por não procurarem alguma ocupação.

E finalmente, questionamos se os beneficiários da amostra estudada sobre sua percepção a respeito da concessão de benefício. Entre as famílias entrevistadas, 60,00% acreditam que seja uma ajuda do governo; 30,34%, que é um direito; e 9,66% julgam que é um dever do Estado. Verificamos que, entre as famílias entrevistadas, muitas não reconhecem o PBF como um direito social, mas sim como uma ajuda do Estado. Os dados estão no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Percepção das beneficiárias do PBF com relação ao benefício, Chapecó, 2014



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em pesquisa de campo (2014).

Desse modo, a partir dos dados obtidos neste estudo, o Programa Bolsa Família de Chapecó/SC tem um caráter de apenas aliviar a pobreza, que é traduzida principalmente por meio da baixa escolaridade e da falta de qualificação profissional dos beneficiários.

Considerações finais

O objetivo principal deste artigo foi determinar o perfil dos beneficiários do PBF no município de Chapecó/SC. Percebemos que os altos níveis de pobreza e concentração de renda no Brasil são decorrentes do modelo de desenvolvimento aqui empregado. Portanto, a intervenção do governo por meio da implantação de políticas públicas e sociais se justifica como meio de combater a fome e permitir que as famílias pobres saiam da chamada linha de pobreza.

É importante destacarmos que encontramos algumas limitações nesta pesquisa, dentre elas, a possibilidade de haver inverdades nas respostas dos entrevistados, além da dificuldade ao acesso aos beneficiários.

Dentre as principais conclusões e evidências, destacamos que a pobreza está representada por pessoas de origens étnico-raciais pretas e pardas e, ainda, por pessoas do

sexo feminino. Portanto, as chances de alguém permanecer pobre é maior quando se é mulher e negro. Quanto à qualidade da alimentação do grupo familiar, as beneficiárias assumiram que, após o benefício, houve forte melhoria na quantidade e qualidade de alimentos consumidos pela família.

O PBF é parte de um conjunto de ações para romper com a extrema pobreza e promover o desenvolvimento econômico do país; entretanto, críticas contrárias ao programa sugerem que este contribui para que o beneficiário não busque emprego e/ou qualificação profissional e que as famílias teriam mais filhos a fim aumentar o valor recebido. O que foi visto vai de encontro a esses argumentos, pois 41,28% dos entrevistados trabalham com ou sem carteira assinada e, ainda, 67,59% das mulheres entrevistadas assumiram que, depois de receberem o benefício, não tiveram nenhum caso de gravidez. Os dados deste artigo, portanto, desconstroem os mitos da preguiça e do estímulo à gravidez. Não teremos tempo para este tipo de complementação

Ademais, sugerimos aqui que a não emancipação das famílias ocorre em virtude da baixa escolaridade dos beneficiários. Por isso, pesquisas como esta são de grande importância para os governos terem base de implementação e avaliação das políticas públicas e sociais que visem a diminuir a pobreza e a desigualdade de renda. Ao longo deste estudo, conforme já citado, ficou evidente que o tema pobreza é complexo e há um campo abrangente para estudar, de forma aprofundada, a dinâmica que ocorre entre pobreza e os meios utilizados para combatê-la.

O PBF vem tendo um impacto positivo na vida cotidiana de milhões de pessoas que anteriormente não tinham acesso a alimentos, pois as pessoas beneficiárias passam a ser incorporadas a um grande sistema de proteção social, que, até então, é inédito no Brasil. Constatamos que o programa, em nível municipal, encontra dificuldades de alcançar a superação da pobreza, ou seja, cumpre os seus objetivos em curto prazo (alívio imediato da pobreza); entretanto, em longo prazo não cria os meios para que as famílias beneficiárias se emancipem,

ou seja, não precisem mais do benefício, visto que 43,45% da amostra estudada recebe esse benefício há mais de quatro anos em Chapecó/SC.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da informação. **Relatórios de Informações Sociais**. 2014. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php?kseg=1>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

CHAPECÓ. Prefeitura de Chapecó. **Chapecó em dados**. 2014. Disponível em: <http://www.chapeco.sc.gov.br/attachments/site_chapeco_dados/1/chapecodadosjun2014.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. **Bolsa Família**: uma análise a partir da concepção dos beneficiários de São Felipe – BA. 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil das Cidades**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:cati d=28&Itemid=23> Acesso em: 10 abr. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. 2014. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**: Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe. Brasília, CEPAL, 2005.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, abr. 2012.

OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de; SOARES, Sergei S. D. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto de Discussão n° 1738).

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família:** Autonomia, Dinheiro e Cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

SANTOS, Hozana Patrícia Oliveira dos; NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do. Considerações sobre o PBF: Avanços ou recuos na “proteção social”. **Revista Teoria, Política e Sociedade**, Paraíba, v. 1, n. 1, p. 43-50, dez. 2008.

SANTOS, José Martins dos. **Desenvolvimento social e política pública:** uma análise de eficiência, eficácia e efetividade do Bolsa Família no COREDE norte do Rio Grande do Sul. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Viviane Freitas. **Discriminação, raça, gênero e economia: políticas públicas de emprego e renda para mulheres negras.** 2010. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade Brasileira. **Revista Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família no Brasil: Programas de Transferência de Renda em Perspectiva Comparada. **Revisão de Pesquisas da América Latina**, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** afinal de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

THE PROFILE OF THE BENEFICIARIES OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN CHAPECÓ / SC

Abstract

The objective of this research was to characterize the profile of the beneficiaries of the Bolsa Família Program in Chapecó / SC. The research is a replica of the paper done for the city of San Felipe - BA, titled: *Bolsa Família: an analysis from the design of the beneficiaries of San Felipe - BA.* Asks if the program has the immediate relief capacity of poverty in the short term, and allows the empowerment of beneficiary families in the long term. Therefore, semi-structured interviews were conducted with the beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF). The results show that the Bolsa Família, in the short term, promotes immediate relief of poverty, but in the long term provides no way for these people to leave the social vulnerability situation in which they find themselves. The research was limited to Chapecó by the reason of being considered the main city of the western Santa Catarina and for a number of beneficiary families.

Keywords: Poverty, Social Policy, Bolsa Família Program.